



# Relatório da Base de Abastecimento: Palser - Bioenergia e Paletes, Lda.

Re-assessment

[www.sbp-cert.org](http://www.sbp-cert.org)



**The promise of good biomass**



## Preenchido de acordo com o Modelo de Relatório de Base de Abastecimento Versão 1.4

Para mais informações sobre a estrutura da SBP e para ver o conjunto completo de documentação ver [www.sbp-cert.org](http://www.sbp-cert.org)

### *Histórico do documento*

*Versão 1.0: publicada a 26 de Março de 2015*

*Versão 1.1 publicada a 22 de Fevereiro de 2016*

*Versão 1.2 publicada a 23 de Junho de 2016*

*Versão 1.3 publicada em 14 de Janeiro de 2019; re-publicada em 3 de Abril de 2020*

*Versão 1.4 publicada a 22 de Outubro de 2020*

# Conteúdo

<b>1</b>	<b>Visão geral</b> .....	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Descrição da Base de Abastecimento</b> .....	<b>2</b>
2.1	Descrição geral.....	2
2.2	Descrição dos países incluídos na Base de Abastecimento.....	2
2.3	Medidas tomadas para promover a certificação entre os fornecedores de matéria-prima.....	18
2.4	Quantificação da Base de Abastecimento .....	18
<b>3</b>	<b>Necessidade de uma Avaliação da Base de Abastecimento</b> .....	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>Avaliação da Base de Abastecimento</b> .....	<b>22</b>
4.1	Âmbito .....	22
4.2	Justificação.....	22
4.3	Resultados da avaliação de riscos e do Programa de Verificação de Fornecedores .....	22
4.4	Conclusão.....	22
<b>5</b>	<b>Processo de Avaliação da Base de Abastecimento</b> .....	<b>23</b>
<b>6</b>	<b>Consulta das partes interessadas</b> .....	<b>24</b>
6.1	Resposta aos comentários das partes interessadas .....	24
<b>7</b>	<b>Medidas de mitigação</b> .....	<b>25</b>
7.1	Medidas de mitigação .....	25
7.2	Monitorização e resultados .....	25
<b>8</b>	<b>Resultados detalhados para os indicadores</b> .....	<b>26</b>
<b>9</b>	<b>Revisão do relatório</b> .....	<b>27</b>
9.1	Revisão por pares .....	27
9.2	Revisões públicas ou adicionais .....	27
<b>10</b>	<b>Aprovação do relatório</b> .....	<b>28</b>

# 1 Visão geral

**Nome do produtor:** Palser Bioenergia e Paletes, Lda.

**Endereço do produtor:** Zona Industrial da Sertã, 6101-909 SERTÃ, Portugal

**Código do Certificado SBP:** N/A

**Posição geográfica:** 39.804600, -8.099100

**Nome do contacto primário:** Rui Pedro

**Telefone de contacto primário:** +351 274 600 600

**Correio electrónico de contacto primário:** qualidade@palser.pt

**Sítio Web da empresa:** www.palser.pt

**Data de conclusão do relatório:** 07 Jun 2021

**Encerramento da última auditoria do CB:** 28 May 2021

**Nome do CB:** NEPCon OÜ

**Norma(s) SBP utilizada(s):** SBP Standard 2: Verification of SBP-compliant Feedstock, SBP Standard 4: Chain of Custody, SBP Standard 5: Collection and Communication of Data Instruction

**Weblink para as Normas usadas:** <https://sbp-cert.org/documents/standards-documents/standards>

**Avaliação de risco regional aprovada pelo SBP:** N/A

**Weblink para SBR no website da Empresa:** N/A

Indicar como a avaliação actual se enquadra no ciclo de Avaliações da Base de Abastecimento

Principal (Inicial) Avaliação	Primeira Manutenção	Segunda Manutenção	Terceira Manutenção	Quarto Manutenção	Re-avaliação
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 2 Descrição da Base de Abastecimento

### 2.1 Descrição geral

**Tipos de material de alimentação:**  Secundário

**Inclui a avaliação da Base de Abastecimento (SBE):**  Não

**Origem do material de alimentação (países):** Portugal, Espanha

### 2.2 Descrição dos países incluídos na Base de Abastecimento

<b>País</b>	Portugal
<b>Área/Região</b>	Todas
<b>Exclusões</b>	Não
<b>Descrição do país</b>	
<b>História do Grupo Palser</b>	
<p>O grupo Palser começou em 1984 como resultado dos esforços de dois trabalhadores que tiveram a oportunidade de adquirir uma pequena serração, para a qual subcontrataram a serração de toros.</p> <p>Actualmente a Palser tem duas fábricas, na Sertã e Palmela, com 160 empregados e um capital social de 5.000.000 euros. A área de fabrico é de 75.000 m<sup>2</sup> em cada fábrica, dos quais 20.000 m<sup>2</sup> são cobertos na Sertã e 7.000 m<sup>2</sup> em Palmela onde desenvolve as suas principais actividades de serração, produção e recuperação de paletes e embalagens de madeira em três fábricas, produção de electricidade e pellets de biomassa florestal.</p> <p>Em 1984, a Pinhoser foi a primeira empresa a iniciar a sua actividade localizada na Cumeada, no concelho da Sertã, e a sua actividade é a indústria de serração de madeira de pinho.</p> <p>Em 1990 foi criada a Palser na Sertã, dedicada ao fabrico de paletes, plataformas e embalagens de madeira.</p> <p>A terceira aposta do grupo foi a Recupser em 1997, em Palmela, com o objectivo inicial de recuperar e vender paletes usadas, mas após alguns anos começou também a fabricar novas paletes e a produzir madeira serrada.</p> <p>Em 2010 foi concluída a construção de uma Central Termoeléctrica de Biomassa Florestal na Sertã, dando início à produção de electricidade para injectar na rede pública.</p> <p>Em 2011, através de um processo de fusão, a Recupser foi incorporada na Palser, tornando-se assim numa única empresa, constituindo assim uma subsidiária da Palser em Palmela.</p> <p>Em 2013, a Palser iniciou a produção de pellets de biomassa no final de 2013 e de madeira tratada termicamente no final de 2014.</p>	

Em 2020, a Palser, Lda. instalou uma nova fábrica e já iniciou a produção de blocos comprimidos, utilizando aparas de madeira, que é um resíduo do processo da madeira serrada.

Desde a sua criação, o grupo investiu num local com fornecedores da principal matéria-prima e num processo automatizado de fabrico de paletes, a fim de obter bons níveis de produtividade e qualidade. Ao longo do seu percurso, optimizou a integração entre os vários componentes industriais, conseguindo actualmente ciclos completos de matéria-prima aos quais acrescentou a componente energética. Esta integração visa constituir uma única marca de qualidade, com mais notoriedade, maior dimensão e know-how, o que permitirá à empresa crescer e trazer vantagens a todos aqueles que trabalham connosco.

Como resultado desta evolução, a empresa tornou-se mais competitiva no sector, tanto a nível nacional como internacional.

A Palser - Investimentos, S.A. é responsável pela gestão das suas filiais, para além de deter participações e fazer vários investimentos.

### **Certificações**

Desde 1992 é certificada pela Associação Europeia de Paletes para a produção de paletes EPAL com a marca PT-006. É também certificada pela Plastics Europe da Bélgica (Indústria Química), ANFEVI de Espanha (Indústria do Vidro) e C.S.V.M.F. de França (Indústria do Vidro).

Obteve a certificação ENplus em Setembro de 2014, sendo o fabricante PT006 para a produção de pellets de madeira D6mm, classe ENplus -A1.

O seu Sistema de Gestão de Qualidade está certificado desde Setembro de 2000, pela Norma NP EN ISO 9001, para a concepção, fabrico e comercialização de paletes e embalagens de madeira, comercialização de madeira serrada e fabrico de pellets.

A Palser certificou a sua Cadeia de Custódia para dois sistemas globalmente reconhecidos: FSC® (Forest Stewardship Council ®) e PEFC™ (Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes), o que lhe permite disponibilizar produtos certificados aos seus clientes, mediante pedido.

Possui também a autorização para tratar madeira e material de embalagem de madeira em conformidade com a Norma Internacional para Medidas Fitossanitárias (ISPM) nº 15, número PT-4279 da FAO.

A certificação SBP foi obtida em Setembro de 2016.

### **DESCRIÇÃO GERAL DA BASE DE ABASTECIMENTO**

A empresa é fornecida por 12 serrações localizadas em Portugal, sendo a grande maioria proveniente das serrações do nosso Grupo, cujo material fornecido é certificado FSC ou controlado FSC e pode assim ser utilizado como material SBP.

#### **Base de fornecimento: Portugal**

Para o fabrico de pellets, a Palser fornece exclusivamente matéria-prima secundária (serradura, aparas) proveniente da serração de madeira de pinheiro-bravo de Portugal.

A 21 de Novembro de 2019, o ICNF divulgou os resultados do 6º Inventário Florestal Nacional (IFN6). Este Inventário tem 2015 como ano de referência e incorpora também a avaliação das áreas, volumes e biomassa afectados pelos incêndios rurais de 2016 a 2018.

Em 2015, as principais tendências dos inventários anteriores, em geral, tornaram-se mais pronunciadas: diminuição da área e do volume, cada vez mais concentrados nas classes etárias jovens.

Principais conclusões do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) realizado em Portugal:

“– Os espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam 6,2 milhões de hectares (69,4%) do território nacional continental;

– A floresta, que inclui terrenos arborizados e temporariamente desarborizados (superfícies cortadas, ardidas e em regeneração), é o principal uso do solo nacional (36%);

– A tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, inverteu-se em 2015, registando-se com este inventário um aumento de 60 mil ha (1,9%) face a 2010 (data da última avaliação);

“– O IFN6 caracteriza o estado da floresta em 2015 o qual é diferente da sua situação atual 2019, que resulta da dinâmica própria dos ecossistemas florestais e, ainda, da consequência dos severos incêndios rurais de 2017 e de 2018 (Monchique). O impacte destas perturbações e das dinâmicas de arborização/rearborização e de exploração dos recursos serão devidamente avaliados no próximo IFN. Contudo, é possível efetuar estimativas aproximadas das consequências destes incêndios rurais com base nos dados existentes do IFN6 e das superfícies afetadas. Assim, estes relatórios contêm estimativas relativas à área ardida e ao volume/biomassa potencialmente afetada por estes incêndios que no total perfazem 296 mil ha;“

“– A floresta nacional é maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), embora algumas ocupando territórios maiores que a sua origem geográfica;

– Em termos estruturais, funcionais e paisagísticos, a floresta do continente pode ser organizada em quatro grandes grupos, ou formações florestais: pinhais (constituídos por povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro-manso); folhosas perenifólias (“montados”, sobreirais e azinhais); folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras); e as folhosas silvo-industriais (eucaliptais);

– Os “montados”, sobreirais e azinhais são a principal ocupação florestal, com cerca de 1 milhão de hectares e representando um 1/3 da floresta. São ecossistemas florestais de uso múltiplo, os quais não têm a produção lenhosa como principal função;”

– Os pinhais são a segunda formação florestal, com uma área próxima de 824 mil hectares, sendo os ecossistemas florestais com maior redução na área ocupada. A diminuição da área deve-se aos pinhais de pinheiro-bravo, muito afetados pelos incêndios e pragas (sendo a mais expressiva o nemátodo), a qual supera o significativo aumento da área de pinhal de pinheiro-manso (20,7 mil ha; 12% entre o IFN5 e IFN6). Contudo, no período entre 2010 e 2015, a área de pinheiro-bravo, registou uma desaceleração muito significativa face à acentuada tendência de diminuição que se verificava desde 1995 (IFN4), o que revela a extraordinária resiliência destes pinhais às perturbações;

“– As folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras) são a formação florestal menos representativa em área ocupada, embora se registre um aumento sistemático ao longo dos últimos 20 anos, sendo esta mais significativa no período entre os dois últimos inventários (2005 e 2015) (46 mil ha; 17%);

- Os eucaliptais ocupam 845 mil ha, cerca de 26% da floresta continental e apresentando um sistemático incremento ao longo dos últimos 50 anos;
- A manutenção dos volumes de madeira entre os dois últimos inventários revela que neste período a produção florestal, em termos globais, pode ser considerada sustentável, na medida em que os cortes de madeira e perdas por incêndios ou pragas estiveram em equilíbrio com o crescimento da floresta. Contudo, esta análise efetuada para as principais espécies com utilização lenhosa revela uma situação distinta;
- O volume de madeira em crescimento (i.e. das árvores vivas) de pinheiro-bravo apresenta uma diminuição de 15 Mm<sup>3</sup> em relação ao IFN anterior, cifrando-se em 2015 nos 67 Mm<sup>3</sup>. O volume de madeira em crescimento de eucalipto mantém-se constante desde o IFN5 (43 Mm<sup>3</sup>), apesar do aumento de área de cerca de 59 mil ha. Ou seja, a disponibilidade de madeira de pinheiro-bravo está em diminuição e a de eucalipto não acompanha o aumento da área;
- Ao nível da biomassa lenhosa e do carbono armazenado nas árvores vivas em espaços florestais, verifica-se um aumento em ambos os valores, resultante da alteração da composição específica da floresta, e parcialmente da melhoria dos métodos de avaliação. Foram ainda incluídas estimativas de carbono armazenado em outros reservatórios na floresta, nomeadamente, sobcoberto, madeira morta e folhada;
- Procedeu-se à categorização da condição dos povoamentos face à sua vitalidade, carga de combustível, caracterização de parâmetros do solo e intervenções silvícolas recentes. Procedeu-se ainda à caracterização e avaliação da regeneração natural das principais espécies, fornecendo indicação sobre a capacidade de ocorrência ou distribuição destas, face às características climáticas e de solo;
- Em todos os pontos de amostragem (cerca de 12 000) procedeu-se à identificação das espécies invasoras, tendo-se verificado que existe presença destas espécies de uma forma generalizada pelo território continental, embora as situações de maior abundância (grupos de plantas ou extensão por toda a superfície) sejam significativamente menos frequentes. As acácias e háqueas, canas e chorão-das-praias, são as espécies com ocorrência mais frequente;
- No âmbito do IFN6 procedeu-se ainda a uma identificação dos habitats presentes e à avaliação do seu estado de conservação em cada um dos pontos de amostragem realizados no terreno. Da sua análise verificou-se que, aproximadamente, 20 % dos pontos localizados em floresta e 23% dos pontos localizados em matos/pastagens são habitats, e que a ocorrência destes se estende para além dos terrenos classificados com estatuto de conservação. Verificou-se ainda que estes habitats apresentavam um bom estado de conservação em cerca de 14% na floresta e 18% em matos/pastagens;
- Na floresta, os habitats mais representados são os que derivam das florestas de quercíneas, os montados de quercíneas (4%, habitat 6310), os sobreirais (4%, habitat 9330), os carvalhais (3%, habitat 9230) e os azinhais (2%, habitat 9340), tendo a maior representatividade nos matos, os habitats de matos baixos de



toçais e urzais (14%, habitat 4030) e dos matos altos evoluídos de piornos, medronheiro, carrasco ou carvalhiça (6%, habitat 5330).”

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) representa 7,78% do território nacional continental e constitui-se pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de classificação. Classificam-se como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

A classificação de uma Área Protegida (AP) visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

Existem as seguintes tipologias de Áreas Protegidas (AP):

- Parque Nacional (1);
- Parque Natural (12);
- Reserva Natural (9);
- Paisagem Protegida (6); e
- Monumento Natural (6).

Com exceção do “Parque Nacional”, as Áreas Protegidas (AP) de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo as mesmas ser acompanhadas da designação “regional” ou “local”, consoante o caso (“regional” quando esteja envolvido mais do que um Município, “local” quando se trate apenas de uma Autarquia).

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação da Diretiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de abril de 1979 (Diretiva Aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro - e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

A Rede Natura 2000, que também se aplica ao meio marinho, compõe-se por:

- Zonas de Proteção Especial (ZPE) - estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regulada. Existem atualmente 40 ZPE em Portugal Continental a ocupar 998.521,27 hectares;

- Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de "contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia". Existem atualmente 61 SIC - Sítios de Importância Comunitária em Portugal Continental a ocupar 1.606.664,96 hectares.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (Portal ICNF).

O conjunto das áreas classificadas abrange uma área total de 2 057 407 hectares, envolvendo 196 municípios e representa 21,8% do território nacional continental (ICNB, 2010).

Uma análise da distribuição das classes mais relevantes de uso do solo pelas duas tipologias mais representativas de áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e Rede Natura 2000), permite verificar que o território agroflorestal abarca, no seu conjunto, cerca de 90% da superfície de áreas classificadas em Portugal Continental, o que atesta da importância da gestão de ecossistemas agroflorestais como suporte de biodiversidade (DR, n.º 24, 4 de fevereiro de 2015).

A lista de espécies da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção, também conhecida como Convenção de Washington (CITES), não inclui espécies madeiráveis em Portugal (portal UNEP-WCMC, Species+). A CITES é um Acordo Internacional ao qual os países aderem voluntariamente, envolvendo atualmente cerca de 180.

Tabela 1 - Distribuição do número de espécies pelos três anexos da Convenção CITES (CITES, 2020).

Anexo	Reino		Total Geral
	Animalia	Plantae	
I	n.º 26	n.º	26
I/II	3		3
II	179	71	251
III	1		1
Total Geral	209	71	280

A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) divulgada em 18 de Julho de 2019, que mais de 28.000 espécies estão ameaçadas de extinção, incluindo 40% de anfíbios, 34% de coníferas, 33% de corais de recife, 25% de mamíferos e 14% de aves. Das 1,7 milhões de espécies já identificadas, a Lista Vermelha avaliou o risco de extinção de cerca de 105.000. As espécies ameaçadas estão divididas em três categorias: "vulneráveis" (VU), "ameaçadas" (EN), e "criticamente ameaçadas" (CR).

Portugal ocupa o 3º lugar entre os 48 países europeus com as espécies mais ameaçadas (grande grupo taxonómico), com 512 espécies, 144 das quais são plantas (ocupa o 4º lugar se excluídas as plantas). Em três anos, as espécies vegetais mais ameaçadas em Portugal quase duplicaram, com o grupo a apresentar o número mais elevado.

## **Propriedade e Gestão Florestal**

A floresta portuguesa é maioritariamente privada, com áreas florestais públicas (Estado e outros organismos da Administração Pública) a ocupar apenas 3% da área florestal total. O restante é detido por comunidades locais (os chamados "comuns", "baldios" em português), com cerca de 6%, em grande parte sujeitos à Lei do Regime Florestal obrigatório, e por proprietários privados (92%, 4% dos quais são geridos por empresas industriais).

Existem 11,7 milhões de prédios rústicos inscritos no registo fiscal do Ministério das Finanças e 1.107 imóveis comuns. Apenas 46% das propriedades florestais têm um título oficial de registo predial. Estima-se que mais de 20% da área florestal total não tem proprietário, ou é desconhecida (ICNF, 2018).

Em Abril de 2013, existiam 2.266 Planos de Gestão Florestal aprovados, também conhecidos por PGF, (1.522.195 hectares), representando 44% da área florestal em Portugal Continental (AIFF, 2014).

Os números para cada sistema de certificação não podem ser simplesmente somados, uma vez que muitos proprietários optam por utilizar ambos os sistemas para as suas propriedades (prática da dupla certificação). As estimativas conjuntas do FSC® e PEFC™ para Portugal, publicadas em 2020 e relativas a meados de 2009, mostram 265,4 mil hectares com dupla certificação florestal, um número que, cruzado com os dados isolados de cada sistema, coloca a área florestal certificada em 486,2 mil hectares.

Este número corresponde a cerca de 14% dos quase 3,5 milhões de hectares de floresta identificados no mapa de Uso e Cobertura do Solo (LULC), divulgado em 2018, ou cerca de 15% se nos referirmos aos mais de 3,2 milhões de hectares referidos pelo 6º Inventário Florestal, publicado em 2019.

Mais de um terço da floresta portuguesa certificada é detida pela indústria.

A gestão do pinheiro-bravo realiza-se em alto-fuste, aproveitando áreas de regeneração natural, ou instaladas essencialmente por plantação procedendo-se depois a desbastes e desramas ao longo da vida do povoamento. As densidades iniciais passam de 1200 arv/ha no momento da plantação para metade no final da revolução, que pode ir dos 30 aos 40 anos.

## **Economia dos Produtos Florestais**

Em termos de emprego, a sub-linha "Madeira" representa cerca de 20 800 empregos, com todo o sector florestal a representar cerca de 1,7% da população empregada.

O Sector Pinho representa 80% dos postos de trabalho (55 826 empresas) e 88% das empresas das indústrias florestais (8 437 empresas), o que representa uma taxa de variação em 2016/2017 de +3% e -0,3%, respectivamente, segundo o Centro PINUS, do INE (SCIE), dados de 2019 a 2017. Também de acordo com esta publicação e com o mesmo período de análise, este sector tem agora mais peso no VAB e no Volume de Negócios (VNR), +7% (52%; 1 133M euros) e +6% (46%; 4 137 M euros), respectivamente.

A nível nacional, a exportação de "Madeira em estilhas, serradura, desperdícios e aparas de madeira incluindo peletes e briquetes" cresceu cerca de 48% no período entre 2011 e 2013, o que fez deste subsector o que mais rapidamente cresceu nesse período na sub-linha "Madeira".

Como indicação destes dados, nota-se que o emprego no sector florestal tem vindo a diminuir desde 2004, em linha com outras actividades, tendo diminuído cerca de 28,3% de 2004 a 2012, permanecendo constante apenas na sub-linha "Silvicultura e exploração florestal".

A indústria da celulose, aglomerado e serração consome cerca de 7,5 ou 5 milhões de toneladas (várias fontes) de pinho (ANEFA, 2014). A indústria de pellets consome anualmente cerca de 1,4 milhões de toneladas de biomassa, das quais se destacam produtos e subprodutos da silvicultura e da primeira transformação da madeira (dados do portal ANPEB).

De acordo com o Centro PINUS (2021):

Em 2020, as exportações de bens provenientes das indústrias florestais atingiram 4,7 mil milhões de euros, o que representou uma diminuição de 9,9% em relação a 2019 (INE). No sector do Pinho, a diminuição das exportações de bens foi ligeiramente inferior à das indústrias florestais nacionais e outras, com uma redução de 7,5%, adicionando 1,7 mil milhões de euros de exportações como um todo.

Uma vez que se trata de uma indústria muito diversificada, houve alguma variabilidade entre os subsectores, com as indústrias de resina a aumentarem mesmo a exportação de bens em 1,5%.

O mobiliário, o subsector com maior contribuição para as exportações no sector do pinheiro, registou uma diminuição percentual de -8,8%.

Também nos restantes subsectores, a exportação de bens diminuiu menos do que a economia global e as indústrias florestais agregadas, com respectivamente -6,5%, -6,6% e -5,8% em madeira, painéis e papel e embalagem.

O subsector das pellets foi o que registou a diminuição mais acentuada nas exportações, com -18%, sendo também o que teve a menor contribuição relativa para as exportações na indústria do pinheiro.

Em termos relativos, as indústrias florestais no seu conjunto mantiveram a sua contribuição para as exportações nacionais de mercadorias (8,8%) e o sector do pinho manteve a sua importância, com um ligeiro aumento em termos absolutos sem grande significado em termos percentuais.

O consumo de madeira de pinho em 2020 foi de 4,1 milhões de m<sup>3</sup> sem casca. Este valor representou um decréscimo de 9,1% em relação a 2019.

Quanto à distribuição do consumo por subsectores da indústria do pinho, o sector mais relevante continua a ser a serração, com 39%, seguido da produção de pellets, com 22%.

O Centro PINUS estima que o défice estrutural de madeira, i.e, de acordo com a possibilidade de exploração florestal, ascenderia a 56,6% do consumo de madeira em 2020. O sector energético foi responsável por 27% do consumo de pinheiro. Este défice força a importação de madeira, com implicações para a sustentabilidade do sector e para a competitividade do país, segundo este Centro.

Em 2018 havia menos um consumidor industrial no subsector da serração (248 no total) do que em 2017, com 17 no subsector do Tratamento, Pasta e Papel e Painéis e 38 consumidores industriais no subsector da energia (26 de pellets e 12 de centrais de biomassa) (Centro PINUS, 2019 de, entre outros, DGAV, 2019 e INEGI, 2019).

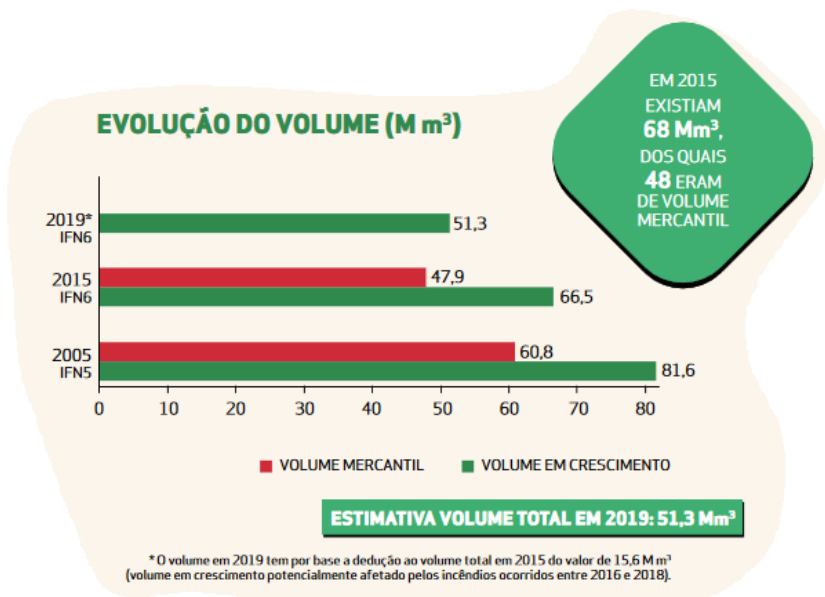


Figura 1 - Estimativa de volume Mm<sup>3</sup> de Pinus pinaster. Boletim 44 de 2019. Centro Pinus.

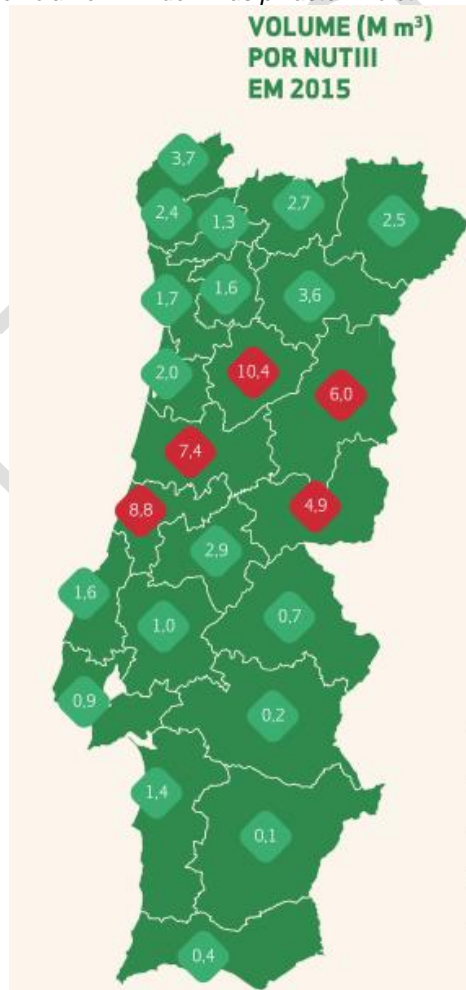


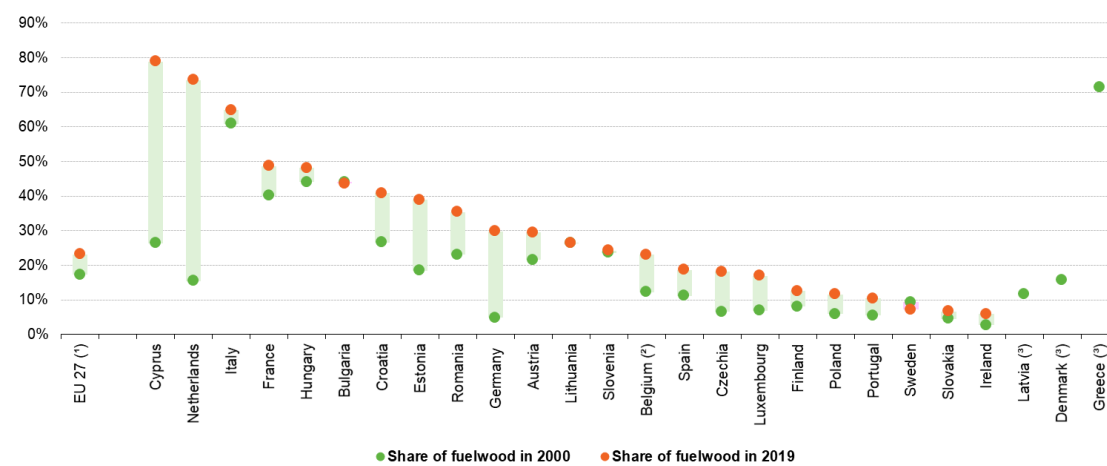
Figura 2 – Estimativa de volume Mm<sup>3</sup> de Pinus pinaster por NUTIII. Boletim 44 de 2019. Centro Pinus.

## Energia dos Produtos Florestais

Em termos de energias renováveis, foram atingidos 13.762 MW de capacidade instalada em 2017, dos quais 564 MW correspondiam à Biomassa (4,1%).

Em 2019, a contribuição das Fontes de Energia Renováveis no consumo final de energia (incluindo o consumo não energético) foi de 29% e destas, 43% tiveram origem na biomassa, o que equivale a 12,47% do total (DGEG, 2021).

**Change in the share of fuelwood in total roundwood production in the EU, 2000–2019 (%)**



(\*) Belgium, Bulgaria, Denmark, Estonia, Greece, Ireland and Latvia for the EU aggregate for 2019 were estimated

(†) Shows comparison for 2000 - 2017; data for 2019 and 2018 not available

(‡) Data for the latest years not available

Source: Eurostat (online data code: for\_remov)

eurostat

Figura 3 - Alteração da percentagem de lenha na produção total de rolaria na UE, 2000-2019 (%)

<b>País</b>	Espanha
<b>Área/Região</b>	Todas
<b>Exclusões</b>	Não
<b>Descrição do país</b>	

### **Base de abastecimento: Espanha**

Na estrutura florestal espanhola, os indicadores são muito semelhantes aos dos anos anteriores, de acordo com o “Anuario de Estadística Forestal 2018” do Ministério da Agricultura de Espanha:

- A superfície florestal ocupa 55% da superfície de Espanha. Concretamente, a superfície florestal representa 36% do total nacional, ou seja, mais de um terço da superfície do país;
- No que diz respeito ao tipo de floresta, é de assinalar que as florestas de folhosas continuam a predominar, ocupando 55% da superfície. As florestas de coníferas estão presentes em 37% da área arborizada e os povoamentos mistos representam 7%;
- Quanto aos tipos de formações mais abundantes, destacam-se os montados, que ocupam 15% da superfície arborizada, seguidos dos montados de azinho, presentes em 14%, e os pinhais de Alepo, que representam 11% da floresta. Em termos de existências, as duas espécies que contribuem com mais metros cúbicos continuam a ser o *Pinus pinaster* e o *Pinus sylvestris*;
- As existências totais continuam a aumentar. Nos últimos 10-12 anos, aumentaram 43% em volume madeirável e 35% no número de pés maiores;
- 28% da floresta é propriedade pública e os restantes 72% são propriedade privada (a propriedade desconhecida está incluída na propriedade privada);
- A superfície florestal arborizada e desarborizada ocupa 18,4 e 9,4 milhões de hectares, respetivamente, o que perfaz o total de 27,9 milhões de hectares.

Tabela 2 - Superfície arborizada por tipo de vegetação principal.

	Coníferas	Folhosas	Mistas	Total arborizado
Milhões de hectares	6,79	10,17	1,37	18,37

Mais de 19,7 milhões de m<sup>3</sup> foram cortados em 2018, excedendo o valor do ano anterior em mais de 2 milhões de m<sup>3</sup>. Tanto as colheitas de coníferas como de madeira dura aumentaram em mais de 1 milhão de m<sup>3</sup> relativamente a 2017.

As colheitas de madeira de coníferas de 2018 são as mais elevadas de toda a série histórica de 20 anos. Isto deve-se ao facto de as colheitas de *Pinus radiata* terem novamente aumentado significativamente, especificamente 39% em relação ao ano anterior, ultrapassando os 5 milhões de m<sup>3</sup>. O valor nas folhosas é também o mais alto da série histórica, com mais de 9,1 milhões de m<sup>3</sup>. As colheitas de *Eucalyptus* sp. em 2018 ultrapassaram os 7,8 milhões de m<sup>3</sup>. Tanto os valores de corte para esta espécie como para o *Pinus radiata* são os mais elevados de todos os registados nas estatísticas florestais.

Tal como em ocasiões anteriores, na maioria das comunidades autónomas as coníferas representavam mais de metade dos cortes totais, como é o caso a nível nacional. Especificamente, na Andaluzia, Aragão, Castela - La Mancha, Catalunha, Comunidade de Madrid, Comunidade de Valência, Ilhas Baleares e País Basco, excedem 80%. Quanto às folhosas, tanto na Região de Múrcia como na Cantábria, a colheita destas espécies excedeu 80% do total.

Tabela 3 - Existências em volume com casca das principais espécies. Apresentam-se as 12 espécies que excedem 20 milhões de metros cúbicos cada. No seu conjunto, representam 84% das existências. Dados baseados no IFN3 e IFN4.

Espécie florestal	Existências m3 c.c.
<i>Pinus pinaster</i>	153.627.034
<i>Pinus sylvestris</i>	153.269.839
<i>Pinus halepensis</i>	82.913.213
<i>Eucalyptus globulus</i>	79.645.351
<i>Fagus sylvatica</i>	78.798.913
<i>Pinus nigra</i>	77.051.844
<i>Quercus ilex</i>	76.378.992
<i>Pinus radiata</i>	52.787.055
<i>Quercus robur e Quercus petraea</i>	48.539.370
<i>Quercus pyrenaica</i>	45.736.340
<i>Castanea sativa</i>	29.286.068
<i>Pinus pinea</i>	25.014.479

Como já foi mencionado nos anuários anteriores no "Anuario de Estadística Forestal, também em 2018 não é possível tirar conclusões nacionais sobre o crescimento das espécies, como fora referido nos anuários anteriores, uma vez que o IFN4 só foi concluído em algumas Comunidades Autónomas, razão pela qual o crescimento de algumas espécies em particular se destaca relativamente a outras. Nesta ocasião e tendo incorporado apenas as duas províncias das Canárias, os números da tabela acima são os mesmos que os apresentados no Anuário de 2017 ou, no caso de algumas espécies, sofreram um ligeiro aumento. A única diferença mais acentuada é no *Pinus radiata*, o que reduz o seu stock em 263.000 m3 em comparação com o ano anterior.

Somando todas as espécies, o eucalipto, em termos gerais, seria a terceira maior espécie em volume de stocks.

Entre as formações arbóreas mais representativas das florestas espanholas encontram-se os pinhais de pinheiro-bravo da região mediterrânica, ocupando 816.943 hectares, e os pinhais produtivos da mesma espécie da região biogeográfica atlântica, ocupando 242.062 hectares.

Em 2009, a silvicultura e a exploração florestal, a indústria da madeira e o papel geraram um VAB de 6.635 milhões de euros, representando uma contribuição directa para o PIB nacional de 0,63%.

Uma média de 31.000 trabalhadores trabalhou na silvicultura e na exploração florestal em 2013, enquanto a indústria florestal (madeira, cortiça e papel) totalizava 104.600 trabalhadores activos.



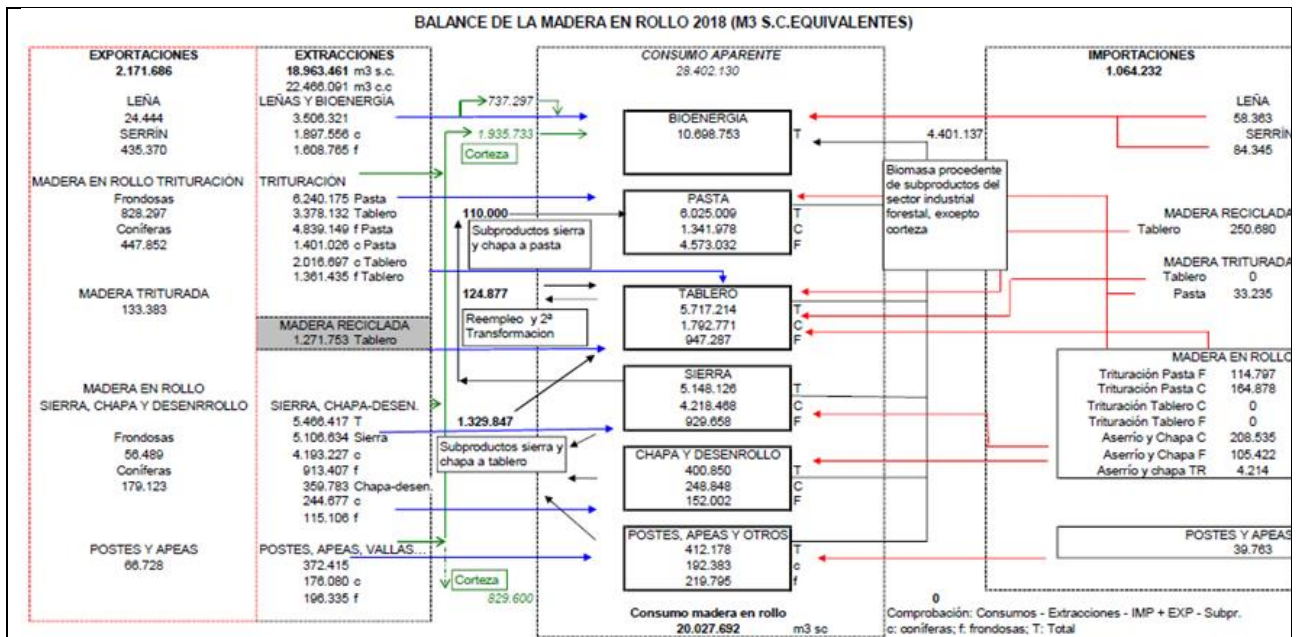


Figura 4 - Esquema do balanço da madeira, 2018 (m³ sem casca equivalentes). Anuario de Estadística Forestal 2018.

Na indústria de transformação primária de madeira, houve variações em quase todos os produtos entre 2017 e 2018, excepto no que diz respeito à pasta de papel e ao cartão de fibra. O que mais diminuiu em comparação com 2017 foi o folheado, como foi o caso no ano anterior, seguido de aparas e partículas.

Outros tipos de pasta de papel, papel recuperado e papel e cartão também reduziram a sua produção, embora em menos de 10%, como foi também o caso em 2017. A lenha aumentou mais a sua produção em 2018, excedendo em 55% a de 2017. Registou-se também um aumento significativo na produção de pellets. Outros produtos que também aumentaram em relação a 2017 foram os resíduos de madeira, madeira serrada, contraplacado, rolaría e aglomerado de partículas, embora nestes casos a variação não tenha excedido 10%.

Tabela 4 – Pellets e outros aglomerados. Adaptado das tabelas “Madera, leña, pasta y papel: Producción y comercio exterior de España, 2017, 2018. Avance de Estadística Forestal, 2018.

Ano	Unidade	Extrações e Produção	Importações		Exportações	
			Quantidade	Valor (milhares de euros)	Quantidade	Valor (milhares de euros)
2 017	1000 m3	481	69	18 256	215	35 146
2 018	1000 m3	593	98	21 609	260	42 587

A área sob gestão, ou sujeita a instrumentos de gestão, aumenta todos os anos, não só porque o número de novos projectos de gestão está a aumentar ou porque os existentes estão a ser revistos, mas também porque a informação recebida das comunidades autónomas está a ser melhorada. Em 2018, a área gerida aumentou quase 43.000 hectares em relação ao ano anterior, atingindo 18,5% da área florestal.

Tabela 5 - Superfície florestal ordenada por Comunidade Autónoma. "Anuario de Estadística Forestal 2018".

COMUNIDADE AUTÓNOMA	SUPERFÍCIE ORDENADA 2018 (HA)	% SUP. ORDENADA RELAÇÃO À SUP. FLORESTAL TOTAL(HA)	SUPERFÍCIE NÃO ORDENADA (HA)
ANDALUCÍA	1.225.674	27,40%	3.241.396
ARAGÓN	67.147	2,60%	2.548.185
CANARIAS	0		578.227
CANTABRIA	50.617	13,90%	313.700
CASTILLA - LA MANCHA	849.088	23,60%	2.748.448
CASTILLA LEÓN	945.917	19,60%	3.869.440
CATALUÑA	681.746	33,90%	1.326.582
COMUNIDAD DE MADRID	73.502	16,80%	364.760
COMUNIDAD FORAL DE NAVARRA	331.082	55,70%	263.284
COMUNIDAD VALENCIANA	106.988	8,40%	1.160.048
EXTREMADURA	230.268	8,00%	2.642.184
GALICIA	233.385	11,40%	1.807.369
ISLAS BALEARES	12.181	5,50%	210.008
LA RIOJA	85.179	27,40%	225.773
PAÍS VASCO	92.935	18,90%	398.851
PRINCIPADO DE ASTURIAS	24.675	3,20%	745.804
REGIÓN DE MURCIA	157.314	30,80%	354.050
<b>TOTAL</b>	<b>5.167.697</b>	<b>18,50%</b>	<b>22.798.110</b>

Em 2018 a superfície florestal sujeita a instrumentos de gestão era de 5.167.697 hectares, ou seja, 18,5% da área florestal total (Anuário de Estadística Forestal 2018). A área sob gestão aumentou quase 43.000 ha em relação a 2017, o que equivale a 1%.

Quanto à propriedade da área sujeita a instrumentos de gestão, quase 43% da superfície florestal pública é gerida e, na propriedade privada, a percentagem aproxima-se dos 10%. Estas duas percentagens são as mesmas que em 2017.

O instrumento de gestão mais utilizado é o *Plano de Ordenación de los Recursos Naturales* (PORN), seguido do Plano de Prevenção de Incêndios. Além disso, todas as Comunidades Autónomas têm um Plano Florestal.

Em Espanha, coexistem dois sistemas de certificação reconhecidos: O FSC. (Forest Stewardship Council) e PEFC. (Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes), ambos apoiados por organizações internacionais e europeias. Em 31 de Dezembro de 2018, a percentagem de área florestal certificada pelos sistemas FSC e PEFC era de 1,6% e 12%, respectivamente. Para além destes sistemas, a Espanha tem o seu próprio regulamento de gestão florestal sustentável: UNE 162.000. Esta norma é consistente com os critérios e indicadores pan-europeus de gestão florestal sustentável, bem como com as orientações operacionais pan-europeias e os programas florestais nacionais.

No que diz respeito ao sistema PEFC, Castilla y León, com 727.378 hectares, é a comunidade autónoma com a maior área certificada e representa quase 33% do total certificado por este sistema. Esta comunidade perdeu quase 16.000 hectares certificados em comparação com o ano anterior. Embora, se considerarmos a percentagem de área certificada em relação à área arborizada, Navarra é a comunidade com a maior percentagem, 67,3%, seguida por La Rioja com 41,2%.

A conservação da natureza em Espanha é realizada através de demarcações administrativas estabelecidas com o objectivo de promover a conservação da natureza. Estas áreas são classificadas como áreas naturais protegidas (PEV), Rede Natura 2000 e áreas protegidas por instrumentos internacionais. As PEV

são áreas do território nacional que, por cumprirem uma série de requisitos, foram declaradas sob diferentes figuras de protecção autónoma.

Por sua vez, existem elevados valores de conservação ligados à propriedade cultural e às descobertas pré-históricas. A Península Ibérica é uma área com uma grande quantidade de vestígios arqueológicos e pré-históricos. Existe legislação tanto estatal como comunitária autónoma que protege e cataloga bens de valor histórico e cultural.

Nas tabelas seguintes mostram-se alguns números da superfície terrestre protegida e como se relacionam com a superfície florestal.

*Tabela 6 - Superfície protegida por figura de protecção.*

Figura de protecção	Superfície terrestre protegida (ha)	Superfície total protegida (ha)	% da superfície terrestre protegida em relação ao total protegido (%)
<b>Superfície protegida</b>			
ENP (Espaços Naturais Protegidos)	7.402.027	12.577.158	59%
Rede Natura 2000	13.839.509	22.271.725	62%
<b>Superfície total protegida</b>	<b>16.613.037</b>	<b>29.499.163</b>	<b>56%</b>
<b>Áreas protegidas por instrumentos internacionais</b>			
MAB (Reservas da Biosfera)	5.570.613	6.062.391	92%
RAMSAR	282.694	308.3	92%
ZEPIM (Zonas Especialmente Protegidas de Importância para o Mediterrâneo)	51.858	148.484	35%
Sítios naturais da lista de Património Mundial	76.718	76.839	100%

Da tabela pode ver-se que 16,6 milhões de hectares de superfície terrestre estão sob protecção pela Rede Natura 2000, ENP ou por ambos, o que equivale a um terço da superfície terrestre espanhola.

A superfície que cobre todos as figuras de protecção foi ligeiramente superior em relação a 2017, indicando que as áreas protegidas continuam a aumentar ligeiramente todos os anos.

*Tabela 7 – Superfície florestal protegida pela RN2000, ENP e/ou ambos. Anuario de Estadística Forestal 2017.*

SUPERFÍCIES FLORESTAIS (HA)	RN2000	ENP	TOTAL PROTEGIDO
SUPERFÍCIE ARBORIZADA (HA)	7.228.259	4.129.847	7.416.383
% SUP. ARBORIZADA PROTEGIDA S/TOTAL SUP. ARBORIZADA	39%	22%	40%
SUPERFÍCIE DESARBORIZADA (HA)	3.819.972	2.307.190	3.919.590
% SUP. DESARBORIZADA PROTEGIDA S/TOTAL SUP. DESARBORIZADA	40%	24%	41%
TOTAL SUPERFÍCIE FLORESTAL	11.048.231	6.437.037	11.335.973
% SUP. FLORESTAL PROTEGIDA S/TOTAL SUP. FLORESTAL	40%	23%	41%

Como em anos anteriores, os números são semelhantes e as percentagens são praticamente as mesmas. 41% da superfície florestal é protegida por PEV, RN 2000 ou ambas. A superfície arborizada protegida aumentou em relação a 2017 em pouco mais de 10.000 ha. Por outro lado, a superfície arborizada protegida permanece praticamente a mesma que no ano anterior.

Com 60% da superfície florestal protegida, as Ilhas Canárias são mais uma vez a comunidade que mais se destaca. Outras comunidades onde mais de metade da sua área de floresta é protegida são: Valência (58%), Madrid (53%), La Rioja (52%), Andaluzia (51%) e as Ilhas Baleares (50%). A comunidade com a

menor área de floresta protegida é a Galiza, com apenas 15%. Não há alterações notáveis nas áreas protegidas por Comunidade Autónoma em relação aos dois anos anteriores.

Quando as outras figuras de protecção são tidas em conta, a superfície florestal protegida aumenta até 45%. Este aumento da superfície arborizada protegida deve-se principalmente às Reservas da Biosfera (MAB), que constituem mais de 1,35 milhões de hectares adicionais de floresta protegida. Os números para 2018 são muito semelhantes aos de 2017.

Tal como em anos anteriores, 80% da superfície de área de floresta protegida é floresta. As percentagens da Rede Natura são mantidas em relação ao ano anterior, no caso das árvores, e ao total. A percentagem de abate de árvores aumenta um ponto em relação a 2016. Como se pode ver, 80% da Rede Natura em terrenos declarados está localizada em áreas florestais. Quando a avaliação é feita em relação aos Espaços Naturais Protegidos, verifica-se que 87% da superfície terrestre protegida por estas figuras de protecção são áreas florestadas. Neste caso, todas as percentagens são as mesmas que no ano anterior.

*Tabela 8 - Percentagem de superfície florestal protegida por cada tipo de protecção.*

USO DO SOLO FLORESTAL	REDE NATURA 2000 % FLORESTAL	ENP % FLORESTAL	TOTAL PROTEGIDO TERRESTRE % FLORESTAL
ARBORIZADO	52%	56%	52%
DESARBORIZADO	28%	31%	28%
<b>TOTAL FLORESTAL</b>	<b>80%</b>	<b>87%</b>	<b>80%</b>

No caso das florestas públicas geridas pela Administração (propriedade pública) é necessária a aprovação interna do Serviço Florestal da Comunidade Autónoma.

Cada Comunidade Autónoma desenvolve a sua própria legislação e modelos, tanto para concursos públicos e licenças, como para autorizações de trabalhos florestais e de colheita. Existem três documentos relevantes necessários para verificar a legalidade da colheita e o cumprimento dos requisitos EUTR:

- Notificação de trabalhos/explorações (em florestas privadas para trabalhos incluídos na planificação de planos de gestão aprovados, sempre que a legislação da Comunidade Autónoma o permita);
- Autorização do trabalho/colheita (em florestas privadas sem plano de gestão ou outras circunstâncias atenuantes, de acordo com a legislação da Comunidade Autónoma);
- Adjudicação de obras (em florestas públicas).

Espanha mantém em 2020 a mesma pontuação de 62 pontos em relação ao ano anterior, no Índice de Percepção de Corrupção da Transparency International (posição 34). Não existem casos conhecidos que reportem situações que estabeleçam uma ligação significativa entre a corrupção e o sector florestal. O nível de governança pode ser categorizado como robusto. Não há relatos de conflitos significativos relacionados com a propriedade de terras florestais ou com a legitimidade da sua utilização. Por sua vez, existe legislação que protege a utilização da terra. A área florestal é classificada como rural nos planos urbanos e existe legislação para a proteger de diferentes utilizações.

A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, conhecida como CITES, procura preservar a conservação das espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas de extinção através da regulamentação do comércio. Espanha aderiu à CITES em 16 de maio de 1986.

Tabela 9 – Distribuição do número de espécies pelos três anexos da Convenção CITES (CITES, 2021):

Anexo	Reino		Total Geral
	Animalia	Plantae	
I	n.º 24		24
I/II	n.º 3		3
II	n.º 191	n.º 131	322
III	n.º 2		2
Total Geral	220	131	351

A lista de espécies da CITES não inclui espécies de madeira em Espanha (portal UNEP-WCMC, Species+).

Os dois países ibéricos partilham cerca de 35% das espécies da CITES, distribuídas por 159 animais e 62 plantas.

A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) divulgada a 18 de Julho de 2019, refere que mais de 28.000 espécies estão ameaçadas de extinção, incluindo 40% de anfíbios, 34% de coníferas, 33% de corais de recife, 25% de mamíferos e 14% de aves. Das 1,7 milhões de espécies já identificadas, a Lista Vermelha avaliou o risco de extinção de cerca de 105.000. As espécies ameaçadas estão divididas em três categorias: "vulneráveis" (VU), "ameaçadas" (EN), e "criticamente ameaçadas" (CR).

De acordo com a IUCN, Espanha ocupa o primeiro lugar entre os países europeus com espécies mais ameaçadas, com 752 espécies, das quais 279 são plantas.

## 2.3 Medidas tomadas para promover a certificação entre os fornecedores de matéria-prima

Palser é certificada pelo FSC (SGSCH-COC-009172) desde Janeiro de 2012 para madeira serrada, paletes e pellets de *Pinus pinaster* e pelo PEFC para a compra de madeira e produção de paletes e embalagens de madeira (SGS-PT21/07689).

Existe também a Pinhoser, outra empresa do grupo, que fornece toda a serradura utilizada na Certificação SBP e cerca de 60% da serradura utilizada no fabrico de pellets, que é certificada desde 2011 pelo FSC. Esta empresa possui também um certificado PEFC para a produção e venda de madeira serrada, aparas, serradura e casca.

Para além deste desenvolvimento, há uma promoção na altura da aquisição de madeira pelas várias empresas do Grupo, na qual se destaca a importância da questão, não só na sustentabilidade dos recursos, mas também na valorização dos produtos ao longo de toda a cadeia.

A Palser, Lda. explicou aos seus fornecedores a necessidade de certificação da sua matéria-prima.

## 2.4 Quantificação da Base de Abastecimento

### Base de Abastecimento

a. Área total da Base de Abastecimento (milhões de ha): 31,05

**b. Propriedade por tipo (milhões ha):**

- Propriedade privada: 23,17
- Público: 7,87

**c. Floresta por tipo (milhões ha):**

- Temperado: 31,05

**d. Floresta por tipo de gestão (milhões de ha):**

- Gerido de forma natural: 31,05

**e. Floresta certificada por sistema (milhões de ha):**

- FSC: 0,86
- PEFC: 2,73

**Descreva o tipo de exploração que melhor descreve como o seu material é obtido:**

Desbaste

**Explicação:**

Foram utilizadas, apenas serradura e aparas de serrações de madeira, que utilizam pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) como matéria-prima, com origem em Portugal e Espanha.

**A floresta na Base de Abastecimento foi gerida para um fim diferente do mercado energético?**

Sim - Maioria

**Explicação:**

A serradura e aparas utilizadas são resíduos de madeira serrada, que se utilizam como matéria-prima para outros tipos de produtos, tais como paletes, construção e carpintaria.

**Para as florestas na Base de Abastecimento, existe a intenção de reter, reabastecer ou encorajar a regeneração natural no prazo de 5 anos após o abate?**

Sim - Maioria

**Explicação:**

A serradura e as aparas utilizadas, são resíduos de madeira de pinho, provenientes de desbastes efectuados na floresta, que encorajam a sustentabilidade da madeira e a sua regeneração natural.

**A matéria-prima utilizada na biomassa foi removida de uma floresta como parte de uma medida de controlo de pragas/doenças ou de uma operação de salvamento?**

Sim - Minoria

**Explicação:**

A serradura e as aparas utilizadas, são resíduos de madeira de pinho, provenientes de desbastes efectuados na floresta, que encorajam a sustentabilidade da madeira e a sua regeneração natural.

## Feedstock

**Período de reporte a partir de: 01/01/2020**

**Período de reporte até: 31/12/2020**

**a. Volume total de Feedstock:**  200,000-400,000 m<sup>3</sup>

- b. **Volume de matéria-prima primária**  0 N/A
- c. **Listar percentagem de matéria-prima primária, pelas seguintes categorias.**
- Certificado por um Sistema de Gestão aprovado pelo SBP: N/A
  - Não certificada por um Sistema de Gestão aprovado pelo SBP: N/A
- d. **Lista de todas as espécies em matéria-prima primária, incluindo o nome científico:** N/A
- e. **É provável que alguma das matérias-primas utilizadas tenha provindo de espécies protegidas ou ameaçadas?** N/A  
Nome das espécies: N/A  
Proporção de biomassa, por peso, que é susceptível de ser composta por essa espécie: N/A
- f. **Madeira dura (ou seja, árvores de folha larga): especificar a proporção de biomassa de (%):** N/A
- g. **Madeira macia (isto é, árvores coníferas): especificar a proporção de biomassa de (%):** N/A
- h. **Proporção de biomassa composta ou derivada de toros de serra (%):** N/A
- i. **Especificar os regulamentos locais ou normas industriais que definem os toros de serra:**
- j. **Madeira redonda de quedas finais de florestas com > 40 anos de rotação - Volume médio % de quedas entregues à BP (%)**
- k. **Volume de matéria-prima primária da floresta primária:** N/A
- l. **Listar a percentagem de matéria-prima primária da floresta primária, pelas seguintes categorias. Subdivida por Esquemas de Gestão Florestal aprovados pela SBP:** N/A
- Matéria-prima primária de floresta primária certificada para um Esquema de Gestão Florestal aprovado pela SBP: N/A
  - Matéria-prima primária de floresta primária não certificada para um Esquema de Gestão Florestal aprovado pela SBP: N/A
- m. **Volume de matéria-prima secundária:** 200,000-400,000 m3  
Forma física da matéria-prima: Aparas, serradura
- n. **Volume de matéria-prima terciária:** N/A  
Forma física da matéria-prima: N/A

Proporção da matéria-prima de origem por tipo de reclamação durante o período abrangido pelo relatório				
Tipo de material de alimentação	SBE %	FSC %	PEFC %	SFI %
Primário	0	0	0	0
Secundário	0	73,57	0	0
Terciário	0	0	0	0

### 3 Necessidade de uma Avaliação da Base de Abastecimento

SBE concluído	SBE não concluído
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> N/A

LOCAL TRANSLATION



## 4 Avaliação da Base de Abastecimento

### 4.1 Âmbito

**Tipos de material de alimentação incluídos no SBE:** N/A

**Avaliações de risco regionais endossadas pelo SBP utilizadas:** N/A

**Lista de países e regiões incluídos na SBE:** N/A

**Descrição detalhada dos indicadores de risco especificados:** N/A

### 4.2 Justificação

N/A

### 4.3 Resultados da avaliação de riscos e do Programa de Verificação de Fornecedores

N/A

### 4.4 Conclusão

N/A

LOCAL TRANSLATION

## 5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

N/A

LOCAL TRANSLATION

## 6 Consulta das partes interessadas

N/A

### 6.1 Resposta aos comentários das partes interessadas

N/A

LOCAL TRANSLATION

## 7 Medidas de mitigação

### 7.1 Medidas de mitigação

N/A

### 7.2 Monitorização e resultados

N/A

LOCAL TRANSLATION

## 8 Resultados detalhados para os indicadores

Os resultados detalhados para cada Indicador são apresentados no Anexo 1 no caso de a Avaliação de Risco Regional (RRA) não ser utilizada.

**O RRA é utilizado?** N/A

LOCAL TRANSLATION

## 9 Revisão do relatório

### 9.1 Revisão por pares

N/A

### 9.2 Revisões públicas ou adicionais

N/A

LOCAL TRANSLATION

## 10 Aprovação do relatório

Aprovação do Relatório de Base de Abastecimento pela gestão de topo			
Relatório Preparado por:	<i>Rui Pedro</i>	<i>Quality Manager</i>	<i>04 Jun 2021</i>
	Nome	Título	Data
<b>As pessoas abaixo assinadas confirmam que eu/nós somos membros da Administração da organização e afirmam que o conteúdo deste relatório de avaliação foi devidamente reconhecido pela Administração como sendo exacto antes da aprovação e finalização do relatório.</b>			
Relatório aprovado por:	<i>Pilar Gorría</i>	<i>Biomass Specialist</i>	<i>07 Jun 2021</i>
	Nome	Título	Data